

Demonstrações Financeiras

HIDROELÉCTRICA DE CAHORA BASSA, S.A.

31 de Dezembro de 2025

HIDROELÉCTRICA DE
CAHORA BASSA



ÍNDICE

PÁGINAS

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	1
BALANÇO	2
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	4
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	5
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6 - 45

Declaração de responsabilidade da Administração

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do período findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

Os Administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os Administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

Os Administradores fizeram uma avaliação da capacidade da Entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade da Entidade poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A., como indicado acima foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06 de Abril de 2026 e foram assinadas pelos seus representantes:



Tomás Matola
Presidente do Conselho de Administração



Ermínio Chiau
Administrador Financeiro

BALANÇOS EM 31 de DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	Notas	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Activos não correntes			
Activos tangíveis	4	49.389.207	46 050 003
Activos intangíveis	5	240 661	214 985
Activos por impostos diferidos	26	-	150 913
Outros activos financeiros	8	5 643 670	2 581 892
Investimentos financeiros	8	4 600	-
Outros activos não correntes		-	4 005 787
		<u>55 278 138</u>	<u>53 003 580</u>
Activos correntes			
Inventários	6	2 035 797	1 837 224
Clientes	7	23 327 054	22 422 944
Outros activos financeiros	8	1 525 309	4 567 619
Imposto a recuperar	16	2 422 943	-
Outros activos correntes	9	4 357 746	731 497
Caixa e equivalentes de caixa	10	12 133 463	19 803 814
		<u>45 802 312</u>	<u>49 363 098</u>
TOTAL DOS ACTIVOS		<u>101 080 450</u>	<u>102 366 678</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
Capital próprio			
Capital social	11	26 513 397	26 513 397
Reservas	11	22 627 889	16 977 569
Descontos e prémios nas acções próprias		(1 472 214)	(1 472 214)
Resultados transitados		43 907 141	42 855 412
Resultado líquido do exercício		7 123 481	14 125 800
Total do capital próprio		<u>98 699 694</u>	<u>98 999 964</u>
Passivos não correntes			
Passivos por impostos diferidos		127 261	-
		<u>127 261</u>	<u>-</u>
Passivos correntes			
Fornecedores	13	1 559 049	1 245 344
Provisões	14	79 330	87 290
Outros passivos financeiros	15	200 698	625 446
Imposto a pagar	16	-	1 025 641
Outros passivos correntes	17	414 418	382 993
		<u>2 253 495</u>	<u>3 366 714</u>
TOTAL DOS PASSIVOS		<u>2 380 756</u>	<u>3 366 714</u>
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS		<u>101 080 450</u>	<u>102 366 678</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Tomás Matola

Presidente



Ermínio Chiau

Administrador

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	Notas	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Vendas de bens e serviços	18	22 019 179	34 988 845
Variação da produção e de trabalhos em curso	19	58 740	90 463
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	20	(2 333 333)	(3 530 443)
Gastos com pessoal	21	(4 258 469)	(4 200 386)
Fornecimentos e serviços de terceiros	22	(3 327 265)	(2 725 789)
Depreciações e amortizações	4,5	(2 737 203)	(2 650 785)
Imparidades de contas a receber	7,8	738 345	(1 393 201)
Outros ganhos e perdas operacionais	23	(1 686 177)	(1 029 428)
Resultado operacional		8 473 817	19 549 277
Rendimentos financeiros	24	3 354 227	3 826 475
Gastos financeiros	25	(892 738)	(1 522 971)
Resultado antes do imposto		10 935 306	21 852 781
Impostos sobre o rendimento	26	(3 811 825)	(7 726 982)
Resultado líquido do exercício		7 123 481	14 125 800
Resultado por ação	27	0,27	0,53

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


Tomás Matola
Presidente


Ermínio Chiau
Administrador

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	Capital Social	Reservas	Descontos e prémios	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	26 513 397	12 419 979	(1 472 214)	41 553 243	13 021 686	92 036 091
Aplicação do resultado do exercício	-	4 557 590	-	1 302 169	(5 859 759)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(7 161 927)	(7 161 927)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	14 125 800	14 125 800
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	26 513 397	16 977 569	(1 472 214)	42 855 412	14 125 800	98 999 964
Aplicação do resultado do exercício	-	5 650 320	-	1 051 729	(6 702 049)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(7 423 751)	(7 423 751)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	7 123 481	7 123 481
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	26 513 397	22 627 889	(1 472 214)	43 907 141	7 123 481	98 699 694

O Contabilista Certificado

André Vate Muirga

O Conselho de Administração

Tomás Matola

Tomás Matola

Presidente

Ermínio Chiau

Ermínio Chiau

Administrador

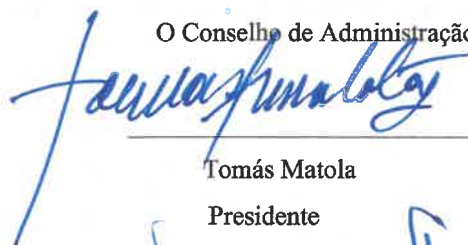
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

		31-Dez-2025	31-Dez-2024
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado antes do imposto		10 935 306	21 852 781
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>			
Depreciações e amortizações	4,5	2 737 203	2 650 785
Provisões	14	(7 960)	(75 428)
Juros e similares (líquido)	24,25	(1 073 967)	(2 122 245)
Mais ou menos valias na venda de activos tangíveis	4	(18 288)	11 859
<u>Fluxo de caixa antes das alterações no fundo de maneo</u>		<u>12 572 294</u>	<u>22 317 752</u>
Aumento de inventários		(198 574)	(212 936)
Diminuição/(aumento) de clientes e outros activos financeiros		2 138 199	(6 413 379)
Aumento de outros activos correntes e não correntes		(3 626 248)	(4 225 497)
Diminuição/(aumento) de fornecedores e outros passivos financeiros		(115 643)	38 299
Aumento de outros passivos correntes e não correntes		68 003	86 135
<u>Fluxo de caixa de actividades operacionais</u>		<u>10 838 031</u>	<u>11 590 374</u>
Impostos pagos		(6 982 234)	(9 940 775)
<u>Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais</u>		<u>3 855 797</u>	<u>1 649 599</u>
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	4,5	(2 114 585)	(2 083 362)
Juros e rendimentos similares	24	1 080 763	2 125 408
Investimentos - LAM	8	(2 311 170)	-
Investimentos - Estrada N301	8	(176 813)	-
Investimentos - Mphanda Nkuwa	8	(573 796)	-
<u>Caixa líquida usada nas actividades de investimento</u>		<u>(4 095 601)</u>	<u>42 045</u>
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Empréstimos pagos		-	(184 960)
Dividendos pagos	15	(7 423 751)	(7 161 927)
Juros e gastos similares	25	(6 796)	(3 162)
<u>Caixa líquida usada nas actividades de financiamento</u>		<u>(7 430 547)</u>	<u>(7 350 049)</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(7 670 351)	(5 658 405)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19 803 814	25 462 219
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		12 133 463	19 803 814

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


Tomás Matola
Presidente


Ermínio Chiau
Administrador

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.	Bases de preparação	10
2.	Principais políticas contabilísticas	10
3.	Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos	18
4.	Activos tangíveis	20
5.	Activos intangíveis	22
6.	Inventários	22
7.	Clientes	23
8.	Outros activos financeiros	23
9.	Outros activos correntes	24
10.	Caixa e equivalentes de caixa	25
11.	Capital social e Reservas	26
12.	Empréstimos obtidos	27
13.	Fornecedores	28
14.	Provisões	29
15.	Outros passivos financeiros	29
16.	Imposto a pagar (imposto a receber)	30
17.	Outros passivos correntes	30
18.	Redito	31
19.	Variação da produção e de trabalhos em curso	31
20.	Custos dos inventários vendidos e consumidos	31
21.	Gastos com pessoal	32
22.	Fornecimentos e serviços de terceiros	32
23.	Outros ganhos e perdas operacionais	33
24.	Rendimentos financeiros	34
25.	Gastos financeiros	34
26.	Imposto sobre o rendimento	34
27.	Resultados por acções	36
28.	Dividendo por acções	36
29.	Partes relacionadas	37
30.	Contingências e garantias	38
31.	Compromissos	38
32.	Gestão de risco, objectivos e políticas	39
33.	Eventos subsequentes	44

Introdução

A HIDROELÉCTRICA DE CAHORA BASSA, S.A. (“HCB”, ou “Empresa” ou “Sociedade”) foi constituída em 23 de Junho de 1975, através de um consórcio entre o Estado Português e o Estado Moçambicano, com uma participação de 82% do Estado Português e 18% do Estado Moçambicano.

No acto da sua constituição e por força do Protocolo assinado entre o Governo de Portugal e a FRELIMO, foram transferidos do Estado Português para a Sociedade, todos os bens, direitos e obrigações decorrentes da construção do projecto hidroeléctrico de Cahora Bassa.

A HCB tem a sua sede social no Songo, na Província Moçambicana de Tete e explora em regime de concessão o empreendimento de Cahora Bassa o qual compreende sobretudo: uma barragem com 164 metros de altura; duas centrais em caverna (central sul, em funcionamento com uma capacidade instalada de 2075 MW, e a Norte, projectada e com potencial até 1200 MW); uma estação conversora em corrente contínua com capacidade para 1920 MW, interligado por duas linhas a +/-533 kV e a subestação do Apollo na África do Sul; duas subestações de corrente alternada, uma no Songo e outra em Matambo, interligadas por duas linhas de 220 kV.

A Empresa tem por objecto principal a exploração, em regime de concessão, do aproveitamento hidroeléctrico de Cahora Bassa e, em geral, a produção, transporte e comercialização de energia eléctrica, incluindo a sua importação e exportação, tudo nos termos dos contratos de concessão, sendo que poderá praticar todos os actos conexos com o seu objecto, necessários ou úteis à realização deste.

Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Sociedade pode adquirir participações em sociedades com objecto diferente daquele que exerce ou em sociedades reguladas por leis especiais, desde que, em qualquer dos casos sejam de responsabilidade limitada.

O início da exploração comercial da Empresa deu-se a 26 de Março de 1977, com a transmissão de 960 MW para a África do Sul, com três grupos geradores e quatro pontes conversoras em funcionamento.

Na sequência das negociações para a Reversão e Transferência do controlo da HCB para o Estado Moçambicano, os Governos de Moçambique e de Portugal rubricaram, em 31 de Outubro de 2006, o Protocolo que tornou necessária a alteração dos termos e condições do Contrato de Concessão do Empreendimento Hidroeléctrico de Cahora Bassa, por via do Decreto nº 57/2007 de 21 de Novembro. O Contrato de Concessão inicial foi assinado para vigorar por um período de vinte e cinco anos até 1 de Janeiro de 2033. Através do Decreto n.º 88/2018 de 31 de Dezembro, foi extendido o prazo de vigência da concessão por mais 15 anos até 31 de Dezembro de 2047, mantendo-se a prerrogativa de poder, a pedido da HCB, prorrogar por um prazo adicional de dez anos, mediante a verificação cumulativa de determinadas condições patentes no referido contrato.

A 27 de Novembro de 2007 foi concluída a operação de transferência do controlo da HCB de Portugal para Moçambique. A transmissão das acções do Estado Português para o Estado Moçambicano foi, com efeito, antecedida por um conjunto de actos de reorganização dos capitais próprios da HCB, que incluíram designadamente, uma redução de capital, um aumento de capital por conversão de créditos e a constituição da reserva de prémio de emissão para cobertura de prejuízos, a distribuição de dividendos e, ainda, um conjunto de medidas que visaram reestruturar a Empresa, de modo a reequilibrar os seus capitais próprios.

Em reunião de Assembleia-geral ordinária de 16 de Abril de 2009, os accionistas da HCB deliberaram o aumento do capital social da Sociedade, realizado por conversão, por cada um dos accionistas, do respectivo crédito aos dividendos correspondentes ao lucro distribuível apurado no exercício de 2008, no montante total de 3 917 384 milhares de Meticals, facto formalizado por escritura pública de 3 de Setembro de 2009, tendo o capital social da sociedade passado de 23 558 109 milhares Meticals para os actuais 27 475 493 milhares Meticals. na proporção da participação no capital social para cada um dos accionistas.

A 27 de Abril de 2012 procedeu-se à formalização do contrato de compra e venda de acções celebrado com a Parbública. – Participações Publicas (SGPS), SA. entidade gestora de participações do Estado Português. Neste contexto, em Assembleia Geral Extraordinária de 3 de Julho de 2012, a Parbública, em representação do accionista Estado Português, procedeu à alienação de 4 121 323 886 acções que o Estado Português detinha na Sociedade, representativas de 15% do capital social, de acordo com os termos e condições do contrato de compra e venda de Acções celebrado, nas seguintes proporções:

- 2 060 661 943 acções. representativas de 7,5%, a favor da REN- Redes Elétricas Nacionais, S.A. pelo preço de Euros 38 400 000; e
- 2 060 661 943 acções representativas de 7,5%, a favor da CEZA II- Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A., pelo preço de Euros 42 000 000.

Na sequência da alienação acima referida, o Estado Português deixou de deter participações no capital social da HCB, sendo a REN - Redes Elétricas Nacionais, S.A (empresa portuguesa), a actual detentora de 7,5% do Capital social da Empresa.

A Reversão da HCB deu-se num momento em que já havia iniciado, em 2003, a reabilitação dos cinco grupos geradores da barragem, cuja conclusão definitiva ocorreu ao longo do exercício de 2008, e cujo impacto tem sido visível na produção e vendas da Empresa.

A HCB concluiu o pagamento antecipado da dívida contraída para a reversão de 85% empreendimento do Governo português para o moçambicano em Junho de 2016, no montante equivalente em rands sul-africanos, ao valor do financiamento (USD 800 000 000) que estava consignada à sociedade contratante do empréstimo (Sociedade Renascer. Ltd).

Em 19 de Novembro de 2017, através do Contrato de Compra e venda de acções entre a CEZA II – Companhia Eléctrica do Zambeze S.A. e a HCB, subsequente à deliberação dos Accionistas, a HCB procedeu à compra de 2 060 661 943 acções ordinárias, tituladas pela CEZA II- Companhia Eléctrica do Zambeze. S.A., representativas de 7,5% do capital social da HCB, livres de ónus ou encargos, pelo valor de USD 94 500 000 financiado pelo Millennium BIM, representando deste modo, as acções próprias da HCB.

A 20 de Maio de 2019 foi feito o lançamento da Oferta Pública de Venda de acções da HCB (OPV) que culminou com a venda de 1 099 019 704 acções correspondentes a 4% do total de acções da Empresa.

O processo de venda das acções que destinava-se a investidores individuais e colectivos de nacionalidade Moçambicana, teve o seu término a 12 de Julho do mesmo ano. Refira-se que do processo de venda, 5 576 750 acções, representando 1 671 investidores encontravam-se a 12 de Julho de 2019 em situação de subscritas e não realizadas. A conclusão do processo registou-se a 17 de Janeiro de 2020 com a realização de apenas 5 123 220 acções correspondentes a 1.215 investidores. As remanescentes 453 530 acções foram devolvidas à HCB como acções próprias. Tendo em conta a quantidade reduzida que estas acções representam, não se verifica alteração na estrutura de capital da Empresa, verificada a 31 de Dezembro de 2019.

O capital social da Empresa continua sendo detido em 85% pela Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. (CEZA), em 7.5% pela REN- Redes Eléctricas Nacionais. S.A; e em 4% pelos investidores nacionais sendo os remanescentes 3,5% detidos pela HCB (accções próprias).

1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira da HCB com referência a 31 de Dezembro de 2024, sendo apresentadas em milhares de Meticais, arredondadas ao milhar mais próximo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 06 de Abril de 2026 e serão sujeitas à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas agendada para 30 de Abril de 2026.

2. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pela HCB nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados no decurso da actividade da Empresa são registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As despesas de manutenção e reparação e outras associadas ao seu uso, são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso. É de referir que, existem activos cuja sua vida útil ultrapassa o período da concessão, uma vez que o contrato de concessão é omissivo no tratamento a dar aos mesmos no final do mesmo, a entidade que controla a HCB é a Concedente do contrato de concessão e é intuito da Concedente que a referida concessão permaneça na esfera da HCB para além do actual período acordado.

	Anos de vida útil
Construções	5 - 70
Equipamento básico	5 - 30
Mobiliário e Equipamento Administrativo e Social	5 - 10
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Outros Activos tangíveis	4 - 10

A Empresa efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que a quantia escriturada dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. A Empresa procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível é desreconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados, no período do seu desreconhecimento.

c) Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que a quantia escriturada excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

As imparidades ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Imparidade de itens não monetários

A Empresa avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a Empresa estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a Empresa reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

f) Locações

A determinação se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para a Empresa todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2 b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeita.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são reportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

g) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

(i) Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da Empresa na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A Empresa avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

O desreconhecimento dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, e se proceda à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, não substancial dos riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Os activos detidos até à maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando do desreconhecimento e quando se encontram em imparidade assim como decorrente da aplicação do juro efectivo.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

i) Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida, ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

i) Passivos financeiros

(i) Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados, incluem os detidos para negociação e outros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial. Em 31 de Dezembro de 2024, a Empresa não tem qualquer passivo financeiro classificado nesta categoria.

(ii) Empréstimos obtidos e contas a pagar

Classificamos nesta categoria os restantes passivos financeiros.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidas em resultados se aquando do desreconhecimento ou quando se encontram em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

j) Provisões

A Empresa constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável dispêndio futuro de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

k) Reconhecimento de gastos e rendimentos

A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza das diferenças.

l) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos, neste caso de energia, são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

Adicionalmente, qualquer montante obtido a título de compensação por interrupção de produção e fornecimento de energia eléctrica é, também, reconhecido como rédito, desde que seja possível fazer corresponder o montante em causa ao rédito que seria reconhecido caso não tivesse ocorrido a interrupção em causa e o mesmo se qualifique para reconhecimento, nas situações acima descritas.

Sempre que se verifica uma situação de indisponibilidade de transporte da corrente eléctrica negociada à luz dos contratos de potência firme com recurso a quatro grupos geradores, e contratos de potência não firme (quando os cinco grupos geradores estão disponíveis), a Empresa coloca a energia disponível na Southern African Power Pool – SAPP (bolsa de compra de energia a curto prazo). As vendas para a SAPP são reconhecidas após a reconciliação e confirmação das transacções efectivamente realizadas.

m) Prémio de fiabilidade

De acordo com o contrato firmado com a ESKOM, a Empresa tem direito a um prémio mensal que varia de acordo com a fiabilidade (qualidade e constância) do fornecimento de energia, reconhecido nas contas como rédito, no momento da emissão da factura.

n) Taxa de concessão

O contrato de concessão estabelece que a Empresa deve pagar ao Estado Moçambicano uma taxa de concessão correspondente a dez por cento (10%) da sua receita bruta mensal. A taxa de concessão deve ser liquidada até ao final do mês seguinte ao da facturação, na moeda de maior facturação da Empresa. Esta taxa é registada na Demonstração dos Resultados como custo das vendas.

o) Plano de reforma de contribuição definida

O plano de contribuição definida, a obrigação legal ou construtiva da entidade está limitada à quantia acordada em contribuir para o fundo. Assim, a quantia dos benefícios pós-emprego a receber pelos empregados é apurada pela quantia das contribuições pagas pela entidade a um plano de benefícios pós-emprego ou a uma companhia de seguros, adicionada do retorno do investimento resultante das contribuições. Dever-se-á reconhecer um passivo (acréscimo de gastos), após deduzir qualquer contribuição já paga. Se a contribuição já paga exceder a contribuição devida por serviços prestados antes do final do período contabilístico, a Empresa deve reconhecer o excesso como um activo (gastos diferidos) na medida em que o excesso possa resultar na redução de futuros pagamentos ou num reembolso de caixa. Se as contribuições para um plano de contribuição definida não se vencerem integralmente no prazo de um ano após o final do período durante o qual os empregados prestaram o correspondente serviço, devem ser descontadas utilizando uma taxa de desconto.

p) Impostos sobre o rendimento

(i) Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

(ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis, assim como os benefícios fiscais, dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos), são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

O PGC-NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas, pelo que a preparação das demonstrações financeiras da HCB exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas utilizadas pela Empresa são analisadas como segue:

a) Imparidade de contas a receber

A Empresa reavalia periodicamente a evidência de imparidade, de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes recuperáveis. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a Empresa efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidas.

A Empresa considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

b) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis

A Empresa reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

c) Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podem resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

d) Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em situações em que a Empresa é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores técnicos, sendo objecto de revisão anual.

e) Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela Empresa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Empresa sobre o adequado enquadramento das suas operações.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal da Empresa durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, eventuais correcções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a Empresa se encontra sujeita, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

4. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	Activo Bruto				31-Dez-2025
	31-Dez-2024	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	
Custo de aquisição					
Construções	35 801 618	319 677	(47 230)	2 694 056	38 768 122
Equipamento básico	36 116 886	70 027	-	267 218	36 454 131
Mobiliário e equipamento administrativo e social	934 890	97 642	-	5 448	1 037 979
Equipamento de transporte	1 397 871	324 351	(43 911)	19 800	1 698 111
Ferramentas e utensílios	589 250	109 448	-	173 697	872 395
Outros activos tangíveis	943 569	50 413	-	(1 915)	992 067
Investimentos em curso	4 560 985	5 136 098	-	(3 202 646)	6 494 437
	80 345 069	6 107 656	(91 141)	(44 342)	86 317 242
	Depreciações				31-Dez-2025
	31-Dez-2024	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	
Depreciações acumuladas					
Construções	14 488 193	1 002 262	(28 942)	(1 149)	15 460 364
Equipamento básico	16 913 840	1 404 869	-	(613)	18 318 096
Mobiliário e equipamento administrativo e social	756 977	49 949	-	-	806 926
Equipamento de transporte	981 102	158 120	(43 910)	1 762	1 097 074
Ferramentas e utensílios	390 236	57 555	-	3 034	450 825
Outros activos tangíveis	764 718	33 066	-	(3 034)	794 750
	34 295 066	2 705 821	(72 852)	-	36 928 035
Quantia escriturada	46 050 003				49 389 207

	Activo Bruto				31-Dez-2024
	31-Dez-2023	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	
Custo de aquisição					
Construções	36 126 213	24 883	(354 157)	4 679	35 801 618
Equipamento básico	35 671 308	199 195	(13 320)	259 703	36 116 886
Mobiliário e equipamento administrativo e social	922 347	39 863	(27 320)	-	934 890
Equipamento de transporte	1 337 852	117 994	(57 975)	-	1 397 871
Ferramentas e utensílios	516 688	75 007	(2 445)	-	589 250
Outros activos tangíveis	986 931	6 710	(50 072)	-	943 569
Investimentos em curso	3 264 140	1 613 408	(1 235)	(315 328)	4 560 985
	78 825 479	2 077 060	(506 524)	(50 946)	80.345.069
Depreciações					
	31-Dez-2023	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2024
Depreciações acumuladas					
Construções	13 840 331	1 002 019	(354 157)	-	14 488 193
Equipamento básico	15 567 599	1 356 015	(9 774)	-	16 913 840
Mobiliário e equipamento administrativo e social	727 704	56 439	(27 166)	-	756 977
Equipamento de transporte	903 592	128 640	(51 130)	-	981 102
Ferramentas e utensílios	341 190	51 476	(2 430)	-	390 236
Outros activos tangíveis	775 510	39 217	(50 009)	-	764 718
	32 155 926	2 633 805	(494 665)	-	34 295 066
Quantia escriturada	(32 155 926)				46 050 003

Os aumentos verificados na rubrica de Investimentos, referem-se a vários projectos de reabilitação, de construções e de aquisição de equipamentos, com destaque para construção de casas para os colaboradores na vila de Songo (770 045,4 milhares de Meticais); aquisição de diversos equipamentos de transporte (300 871,5 milhares de Meticais), reabilitação de diversos equipamentos da Central e da subestação (347 464 Milhares de Meticais), e instalação de um sistema CCTV e de Controlo de Acessos (274 242,3 milhares de Meticais), entre outras beneficiações.

O aumento inclui também o adiantamento feito no montante de 4 005 787 milhares de Meticais no âmbito do “Capex Vital”, designadamente o projecto de reabilitação e modernização da Central de produção de energia feito em 2024. Uma vez que já estão em curso os trabalhos de produção dos equipamentos a serem instalados, o valor do adiantamento foi reclassificado para a rubrica de Activos tangíveis, sem, no entanto, representar um novo desembolso.

5. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis é analisado como segue:

	Activo Bruto				31-Dez-2025
	31-Dez-2024	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	
Custo de aquisição					
Propriedade industrial	21 306	-	-	-	21 306
Direito de uso (Terreno)	32 131	-	-	-	32 131
Softwares	433 895	12 716	-	44 342	490 953
Investimentos em curso	76 959	-	-	-	76 959
	564 291	12 716	-	44 342	621 349

	Amortizações				31-Dez-2025
	31-Dez-2024	Amortizações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	
Amortizações acumuladas					
Propriedade industrial	1 066	-	-	-	1 066
Direito de uso (Terreno)	571	-	-	-	571
Softwares	347 669	31 382	-	-	379 051
	349 306	31 382	-	-	380 688
Quantia escriturada	214 985				240 661

	Activo Bruto				31-Dez-2024
	31-Dez-2023	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	
Custo de aquisição					
Propriedade industrial	21.306	-	-	-	21.306
Direito de uso (Terreno)	32.131	-	-	-	32.131
Softwares	376.652	6.302	-	50.941	433.895
Investimentos em curso	76.959	-	-	-	76.959
	507.048	6.302	-	50.941	564.291

	Amortizações				31-Dez-2024
	31-Dez-2023	Amortizações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	
Amortizações acumuladas					
Propriedade industrial	1.066	-	-	-	1.066
Direito de uso (Terreno)	571	-	-	-	571
Softwares	330.689	16.980	-	-	347.669
	332.326	16.980	-	-	349.306
Quantia escriturada	174.722				214.985

6. Inventários

A rubrica de inventários apresenta-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Matérias primas, auxiliares e materiais	2 052 537	1 855 808
Matérias primas, auxiliares e materiais em trânsito	4 073	2 229
	2 056 610	1 858 037
Ajustamento ao valor realizável líquido	(20 813)	(20 813)
	(20 813)	(20 813)
	2 035 797	1 837 224

A rubrica de matérias-primas, auxiliares e materiais é composta pelos seguintes itens:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Combustíveis e lubrificantes	37 472	48 718
Pecas e sobressalentes	986 671	951 886
Material de manutenção e reparação - outros	135 812	103 535
Material de manutenção e reparação - auto	239 412	188 742
Material de Manutenção e reparação - construções	280 886	210 221
Outros	372 284	352 705
	2 052 537	1 855 808

7. Clientes

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
ZESA	5 179 851	7 682 653
ESKOM	2 226 554	2 024 928
EDM - Electricidade de Moçambique	25 985 861	22 612 033
SAPP	207 931	1 114 817
	33 600 196	33 434 431
Imparidade acumulada de dívidas de clientes	(10 273 142)	(11 011 487)
	23 327 054	22 422 944

O movimento das perdas por imparidade apresenta-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
A 1 de Janeiro	(11 011 487)	(9 619 275)
Diminuição / (aumento)	738 345	(1 392 212)
A 31 de Dezembro	(10 273 142)	(11 011 487)

A perda por imparidade dos clientes é constituída em cerca de 93% pela dívida do cliente EDM – Electricidade de Moçambique. E. P. Os restantes 7% referem-se à imparidade sobre o saldo do cliente ZESA.

8. Outros activos financeiros

Esta rubrica decompõe-se como segue:

Outros activos financeiros não correntes	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Investimento de capital - Estrada N301 (i)	1 914 470	1 737 657
Investimento de capital - Mphanda Nkhuwa (ii)	1 418 030	844 235
Investimento de capital – LAM (iii)	2 311 170	-
	5 643 670	2 581 892

- (i) A HCB assinou um Memorando de Entendimento com a Administração Nacional de Estradas (ANE) e a JINDAL Mozambique, para a reabilitação da estrada nacional N301 que liga Matambo a Songo, a qual é fundamental para aumentar a eficiência operacional no acesso à infraestrutura de Cahora Bassa. O investimento está sendo suportado pela HCB, sendo que no âmbito do acordo, está prevista a constituição de uma sociedade de objecto específico (*SPV na sigla inglesa*) para gestão e exploração da estrada, cujo projecto inclui construção de uma portagem para recuperação do investimento feito pelas partes.
- (ii) Refere-se aos adiantamentos de capital feitos pela HCB para financiar o funcionamento do Gabinete de implementação do Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa (GMNK), criado através do Diploma Ministerial 18/2019 de 7 de Fevereiro.
- O Diploma estabelece que o orçamento de funcionamento do GMNK, deve ser suportado pelas empresas HCB e Electricidade de Moçambique (EDM). O Diploma estabelece ainda que as contribuições feitas por estas duas entidades, deverão ser contabilizadas como adiantamentos ao capital social das sociedades de objecto específico a serem constituídas no desenvolvimento do projecto.
- (iii) Na sequência da Resolução n.º 2/2025 de 12 de Fevereiro, a HCB foi chamada a adquirir 12 141 360 acções da Linhas Aéreas de Moçambique, SA. (LAM), representativas de 25,2% do capital social da companhia. O saldo a 31 de Dezembro de 2025, representa valores desembolsados pela HCB no âmbito desta resolução a título de adiantamento para aquisição da referida participação. Para além do valor definido pelo Governo como comparticipação da HCB na estrutura acionista, o valor contempla também o pagamento de várias despesas associadas ao processo de reestruturação, tais como despesas com deslocações e estadia dos consultores envolvidos no projecto.

Investimentos financeiros	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Investimento Financeiro - Fly Moz Investments, S.A (iv)	4 600	-
	4 600	-

- (iv) Refere-se a subscrição da HCB em 46% das acções da Fly Moz Investments, S.A., uma sociedade anónima criada a 29 de Dezembro de 2026 por tempo indeterminado e cujo objecto social está associado à gestão de participações sociais, incluindo: (i) a compra, detenção, administração e venda de participações; (ii) prestação de serviços de assistência técnica à gestão de sociedades do ramo de aviação civil; e (iii) a inovação e desenvolvimento da aviação civil em Moçambique. As acções subscritas serão realizadas no ano 2026.

Outros activos financeiros correntes	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Dívidas de trabalhadores	21 270	17 388
Dívidas de Órgãos Sociais	8 809	1 193
Investimentos financeiros (v)	441 239	2 368 651
Devedores accionistas	1 000 000	2 000 000
Outros	53 968	180 387
	1 525 286	4 567 619

- (v) Os investimentos financeiros correspondem a investimentos feitos pela Empresa em Bilhetes de Tesouro conforme tabela a seguir:

Data do Investimento	Maturidade (Dias)	Valor	Banco
29.12.2025	177	441 239	Banco BIG
		441 239	

O movimento de imparidade acumulada de activos financeiros, apresenta-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Saldo inicial	(5 068)	(4 080)
Movimentos do período	-	(988)
Saldo final	(5 068)	(5 068)

9. Outros activos correntes e não correntes

Esta rubrica compõe-se como segue:

Outros activos não correntes

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Adiantamento Projecto - Reabsul 2 (i)	-	4 005 787
	-	4 005 787

- (i) Trata-se de um pagamento adiantado feito no âmbito do “Capex Vital”, designadamente o projecto de reabilitação e modernização da Central de produção de energia. O pagamento foi feito ao abrigo do contrato com o consórcio Andritz Hydro para a produção e montagem de equipamentos novos na central hidroeléctrica. O valor foi pago a título de adiantamento em 2024 e está coberto por uma garantia bancária de igual valor. Uma vez iniciada a produção dos equipamentos, em 2025 o valor foi reclassificado para a rubrica de Activos Tangíveis (Investimentos em Curso).

Outros activos correntes

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Adiantamento à fornecedores (i)	3 530 930	729 490
Acréscimos e proveitos diversos	23 031	2 007
Governo de Moçambique – Fees de Concessão	803 784	-
	4 357 745	731 497

- (i) É composto na sua maioria pelos seguintes montantes:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Construções JJR & Filhos Moçambique (a)	1 498 812	-
China Henan Int Coop Group CO, Lda (a)	740 626	-
Prestige Projects	325 080	-
African Export	77 325	-
Julen Construções	62 513	78 485
Construção Manadra	49 684	55 815
Hitron Moçambique Lda	34 158	34 158
Elecnor Serviços e Projectos	28 703	57 362
Outros	714 029	503 670
	3 530 930	729 490

- (a) Referem-se a adiantamentos feitos no âmbito da construção da Estrada N301. A empresa Construções JJR & Filhos Moçambique tem a responsabilidade de construir a estrada no troço Marroeira - Marara, numa extensão de 67 KM. Por sua vez, a empresa China Henan Int Coop Group CO, Lda tem a responsabilidade de construir a estrada no troço Marara – Matambo, numa extensão de 50 KM.

Os adiantamentos feitos vão sendo abatidos à medida que as obras avançam e com base nos respectivos Autos de Medição.

10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa apresentam-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Caixa	54	60
Depósitos à ordem	9 731 684	15 492 422
Depósitos à prazo	2 401 725	4 311 332
	12 133 463	19 803 814

A composição de caixa e equivalentes de caixa por moeda de origem apresenta-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Meticals	1 097 658	2 890 375
Euros	53 295	46 832
Dólar Norte-Americano	9 738 825	15 711 062
Rands Sul-Africanos	1 243 685	1 155 545
	12 133 463	19 803 814

O saldo de caixa de acordo com a moeda de origem decompõe-se do seguinte modo:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Meticals	54	60
	54	60

11. Capital social e reservas

O capital social da HCB encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo expresso por 27 475 492 580 ações ordinárias de valor unitário de 1 Metical cada, tal como segue:

	31-Dez-2025			31-Dez-2024		
	Quantidade	Valor (Meticais)	%	Quantidade	Valor (Meticais)	%
Companhia Eléctrica do Zambeze. S.A.	23 354 168 693	23 354 168 693	85,0%	23 354 168 693	23 354 168 693	85,0%
REN – Redes Eléctricas Nacionais. S.A.	2 060 661 943	2 060 661 943	7,5%	2 060 661 943	2 060 661 943	7,5%
Investidores nacionais diversos	1 098 566 173	1 098 566 173	4,0%	1 098 566 173	1 098 566 173	4,0%
Hidroeléctrica de Cahora Bassa. S.A. - Ações próprias	962 095 771	962 095 771	3,5%	962 095 771	962 095 771	3,5%
	27 475 492 580	27 475 492 580	100%	27 475 492 580	27 475 492 580	100%
Hidroeléctrica de Cahora Bassa. S.A. - Ações próprias	(962 095 771)	(962 095 771)	(3,5%)	(962 095 771)	(962 095 771)	(3,5%)
	26 513 396 809	26 513 396 809	96,5%	26 513 396 809	26 513 396 809	96,5%

Em 19 de Novembro de 2017, através do Contrato de Compra e venda de acções entre a CEZA II – Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a HCB, subsequente à deliberação dos Acionistas, a HCB procedeu à compra de 2 060 661 994 acções ordinárias, tituladas pela CEZA II, representativas de 7,5% do capital social da HCB, livres de ónus ou encargos, pelo valor de USD 94 500 000 financiado pelo Millennium BIM, representando deste modo, as acções próprias da HCB.

A 20 de Maio de 2019 foi feito o lançamento da Oferta Pública de Venda de acções da HCB (OPV) que culminou com a venda de 1 099 019 704 acções correspondentes a 4% do total de acções da Empresa.

O processo de venda das acções que se destinava a investidores individuais e colectivos de nacionalidade moçambicana, teve o seu término a 12 de Julho do mesmo ano. Dos 4% das acções vendidas, 5 576 750 representando 1 671 investidores se encontravam a 12 de Julho de 2019 em situação de subscritas e não realizadas. A conclusão do processo registou-se a 17 de Janeiro de 2020 com a realização de apenas 5 123 220 acções correspondentes a 1 215 investidores. As remanescentes 453 530 acções foram devolvidas à HCB como acções próprias. Tendo em conta a quantidade reduzida que estas acções representam, não se verifica alteração na estrutura de capital da Empresa, verificada a 31 de Dezembro de 2019.

Entretanto, tendo em conta a quantidade reduzida destas acções em relação ao universo das mesmas, o capital social da Empresa continua a ser detido em 85% pela Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. (CEZA), em 7,5% pela REN- Redes Eléctricas Nacionais, S.A., em 4% pelos investidores nacionais sendo os remanescentes 3,5% detidos pela HCB (acções próprias).

De acordo com a lei vigente, a Empresa deve transferir para a reserva legal, 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Art.º 444 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

De acordo com a Assembleia-geral de Accionistas de 21 de Abril de 2025, o lucro do exercício anterior foi aplicado como segue:

	2025	2024
Lucro acumulado	1 051 729	1 302 169
Dividendos declarados	7 423 751	7 161 927
Reserva de investimentos	5 650 320	4 557 590
Lucro líquido do exercício anterior	14 125 800	13 021 686

As reservas e resultados acumulados após a aplicação de resultados, compõem-se conforme apresentado na tabela abaixo:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Reservas legais	5 543 086	5 543 086
Reservas livres	3 929 694	3 929 694
Reservas de lucro a realizar	2 947 200	2 947 200

Reservas de investimento	10 207 909	4 557 590
	22 627 889	16 977 570
Resultados transitados	43 907 141	42 855 411
	43 907 141	42 855 411

12. Empréstimos obtidos

Agência Francesa de Desenvolvimento

No âmbito da implementação do projecto CAPEX Vital, que é um plano de investimento com a duração de dez anos, no qual estima-se investir cerca de EUR 1.200 milhões, para a reabilitação dos principais elementos da cadeia de produção e transporte de energia, programa que inclui, entre outros, a reabilitação de secções críticas da Subestação Conversora do Songo (Projecto Brownfield 3) e de parte dos equipamentos da Central Sul (Projecto ReabSul 2 – RS2), a Empresa celebrou, no dia 22 de Dezembro de 2022, um Contrato de Abertura de Crédito (*Credit Facility Agreement*) com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), que irá conceder uma linha de crédito no valor total de EUR 100 milhões para o financiamento do RS2, à taxa de juro de 2.03% com maturidade de 15 anos. O primeiro desembolso estava previsto para Outubro de 2024, entretanto a data foi alterada para Dezembro de 2026.

No âmbito deste contrato de financiamento, a HCB deve cumprir com as seguintes condições financeiras (“covenants”):

- Rácio de cobertura do serviço de dívida (“Debit Service Coverage Ratio (DSCR)”) – não deve ser inferior a 1,25;
- Rácio de alavancagem (“Leverage Ratio”) – não dever ser superior a 1,5;
- Rácio de dívida em relação ao *EBITDA* (“Financial Indebtedness to EBITDA”) – não deve ser superior a 3.

À data de 31 de Dezembro de 2025, os rácios *DSCR*, *Leverage Ratio* e Financial Indebtedness to EBITDA, eram de 3 648,08; 0,01 e 0,07, respectivamente. Portanto, estas *covenants* foram cumpridas.

Através da AFD, a HCB vai receber também uma subvenção da União Europeia (*EU Grant*), que constitui uma contribuição financeira sob a forma de doação. Nos termos do Regulamento (EU, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Julho de 2018, a gestão indirecta é um dos modos de execução orçamental (para além da directa e da partilhada) e pode ser concretizada por via de delegação a entidades terceiras (nomeadamente organismos internacionais, organizações dos Estados-Membros da União Europeia, Banco Europeu de Desenvolvimento, etc.) para a implementação de fundos e garantias orçamentais. Na presente situação, o *EU Grant*, a ser concedido no âmbito do Africa Investment Platform (AIP) da União Europeia, será utilizado para o pagamento de custos de investimento, gestão hídrica, formação vocacional, implementação de políticas de género na HCB, melhoria da capacidade de comunicação e digitalização, reforço das linhas HVDC e cibersegurança.

13. Fornecedores

Os fornecedores incluem os seguintes saldos:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Fornecedores nacionais	838 602	710 666
Fornecedores estrangeiros	392 211	241 373
Fornecedores com facturas em recepção e conferência	328 236	293 305
	1 559 049	1 245 344

Os Fornecedores nacionais incluem, essencialmente, custos de Empreitada para a construção de 30 casas tipo CH-C na Vila de Songo (Sogitel). Incluem ainda custos com a construção do Hospital Distrital de Cahora-Bassa em Chitima (Julen Construção), Projecto de Modernização do Sistema de CCTV e Controlo de acessos (Xidjumaneg Secur. Serviç. Soc. Uni e Triana Business Solution, Limitada), Fornecimento e montagem de 5km de vedação metálica no perímetro da Subestação do Songo (Super Obra, Limitada), fornecimento de 3 000 carteiras no âmbito da responsabilidade social para escolas de comunidades assentadas nas áreas circunvizinhas as infraestruturas de transporte de energia (ENGITECH) e dos Estudos e Elaboração de Projecto e Fiscalização para a Construção de um Espaço de Lazer na Pedra Grande, Vila de Songo, Distrito de Cahora Bassa (Técnica Engenheiros Consultores, Limitada).

Os Fornecedores estrangeiros incluem responsabilidades relacionadas com a contratação do Tender Agent no âmbito do projecto BF3 adjudicado a Fichtner GMBH & Co. KG, Owner's Engineer para o Projecto de Reabilitação dos 5 Grupos Geradores (REABSUL II) adjudicado a Sweco International AB, contratação da Elecnor Servicios Y Proyectos, S.A. no âmbito do Projecto de Reabilitação da Subestação de Matambo (REABMAT, Contatação da GE Hydro France para a reparação do defeito no Alternador principal do GG1, Assessoria Financeira prestada pela Mvalue entre outras despesas relacionadas com a aquisição de bens e serviços diversos.

14. Provisões

A provisão para riscos e encargos foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a Empresa é ré, incluindo contingências diversas e assim decompõe-se:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Provisões para processos judiciais em curso	20 393	28 353
Provisões para riscos e encargos	58 937	58 937
	79 330	87 290

As provisões tiveram o seguinte movimento:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
A 1 de Janeiro	87 290	162 717
Dedução - provisão para reembolso de impostos	-	(75 428)
Utilização - Provisão para processos judiciais	(7 960)	-
A 31 de Dezembro	79 330	87 290

15. Outros passivos financeiros

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Correntes		
Divídas aos órgãos sociais	-	32
Divídas ao pessoal	22 567	16 444
Fundo complementar de reforma – Sanlam	186	186
Credores accionistas	139	138
Estado de Moçambique - Taxa de concessão (a)	-	275 765
Outros passivos financeiros	173 204	332 881
Accções subscritas - Fly Moz Investments, S.A.	4 600	-
	200 698	625 446

(a) Estado de Moçambique – Taxa de concessão

No âmbito da reversão, foi assinado um contrato de concessão do empreendimento Hidroeléctrico de Cahora Bassa entre o Estado Moçambicano e a HCB, pelo que o saldo do Estado de Moçambique refere-se à “Taxa de concessão” correspondente a 10% dos rendimentos brutos da HCB. De acordo com o Decreto n.º 03/09 de 17 de Fevereiro. O valor da taxa de concessão deve ser pago integralmente ao Governo Moçambicano.

16. Imposto a (recuperar) / pagar

Esta rubrica inclui os seguintes movimentos:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Saldo inicial	1 025 640	3 641 157
Pagamento final relativo ao exercício anterior	(1 154 652)	(3 770 169)
Retenções na fonte	(77 398)	(137 528)
Pagamentos por conta relativos ao exercício	(5 750 184)	(6 033 078)
Gasto de imposto do exercício	3 533 651	7 325 259
	(2 422 943)	1 025 641

17. Outros passivos correntes

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Estado		
INSS	17 510	31 769
Retenções na fonte	118 544	118 478
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	65 639	25 436
Imposto de selo e outros	615	541
	202 308	176 224

Outros acréscimos

Acréscimos (i)	159 815	151 132
Seguros multi riscos	52 295	55 637
	212 110	206 769
	414 418	382 993

- (i) O valor corresponde a especialização de custos diversos referentes ao exercício de 2025, cujas facturas e respectivos pagamentos serão emitidos em 2026.

18. Rédito

O rédito decompõe-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
ESKOM (África do Sul)	12 317 762	25 751 071
ZESA (Zimbabwe)	2 211 332	2 007 041
EDM – (Moçambique)	7 433 066	7 179 390
Vendas de bens	21 962 160	34 937 502
Serviços	57 019	51 342
	22 019 179	34 988 845

As vendas de energia do período equivalem a cerca de 9 921 073,9 MWh, 31,1% abaixo das vendas do ano de 2024 (14 400 702,1 MWh). Com a redução das quantidades vendidas, o volume de vendas também regista uma variação negativa na ordem de 37,1% como resultado da redução da produção impactada pelo fenómeno El Niño.

19. Variação da produção e de trabalhos em curso

Esta rubrica refere-se a investimentos realizados pela própria Empresa no âmbito de trabalhos desenvolvidos na vila do Songo, compreendendo, essencialmente, a reparação geral de imóveis, entre outros, no montante de 58 740,3 Milhares de Meticals (90 462,7 Milhares de Meticals em 2024).

20. Custo dos inventários vendidos ou consumidos

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
	Matérias primas, auxiliares e materiais	Matérias primas, auxiliares e materiais
Inventários iniciais	1 858 037	1 645 101
Compras	349 000	249 571
Fee de concessão	2 196 216	3 493 750

Regularização de inventários	(13 309)	58
Inventários finais (Nota 6)	(2 056 610)	(1 858 037)
Custo do exercício	2 333 333	3 530 443

21. Gastos com pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Remunerações da Administração	195 439	185 585
Subsídios da Administração	15 143	39 801
Remunerações do pessoal	2 774 025	2 635 513
Subsídios do pessoal	614 806	702 460
Contribuições da Empresa para o Fundo Complementar de Pensões	66 046	66 599
INSS - Contribuições da HCB	101 977	141 191
Formação	100 318	76 426
Assistência médica e medicamentosa	229 480	184 438
Outros encargos com o pessoal	161 235	168 373
	4 258 469	4 200 386

O número médio de colaboradores a 31 de Dezembro de 2025 foi de 736 (741 em 2024).

Em 2025 não se verificou ajuste salarial. Em 2024 a percentagem do ajuste salarial corresponde a 7,1%.

22. Fornecimentos e serviços de terceiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Manutenção e reparação	717 170	701 696
Comunicações	144 932	98 261
Combustíveis e lubrificantes	94 069	116 212
Trabalhos especializados	344 357	226 934
Deslocações e estadias	148 376	159 239
Publicidade e propaganda	316 212	269 222
Honorários	47 816	40 385
Vigilância e segurança	159 128	127 283
Seguros automóvel	22 165	20 282
Rendas e alugueres diversos	59 428	43 113
Seguros multi-riscos	530 831	566 035
Outros (ii)	742 781	357 127
	3 327 265	2 725 789

O saldo de outros é composto por todos outros custos que não se podem classificar nas categorias acima, sendo de destacar os seguintes:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Custos de bem-estar e refeições no local de trabalho	81 971	61 021
Material interno de segurança	49 764	60 111
Limpeza, higiene e conforto	66 984	62 100
Royalties	146 629	79 099
Material e equipamento hospitalar	15 422	14 833
Água e electricidade	6 069	5 596
Material habitacional	13 869	21 177
Outros	362 073	53 190
	742 781	357 127

23. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais apresentam-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Venda de água e luz	5 985	6 030
Indeminizações de seguros	668	1 396
Ganhos em inventários	14 325	17 509
Anulação de excesso de especializações	30 819	166 928
Outros	38 680	14 411
Ganhos e rendimentos operacionais	90 477	206 274
Impostos e taxas	(10 682)	(12 891)
Programas de responsabilidade Social	(158 594)	(68 097)
Donativos ao Estado	(1 381 314)	(922 980)
Donativos no âmbito do Mecenato	(137 077)	(188 112)
Protecção da água - Ara-Zambeze	(23 289)	(23 289)
Quotizações	(12 456)	(11 291)
Quebras e abates	(23 902)	-
Outros gastos	(29 340)	(9 043)
Gastos e perdas operacionais	(1 776 654)	(1 235 702)
Outros ganhos e perdas operacionais	(1 686 177)	(1 029 428)

24. Rendimentos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez_2025	31-Dez_2024
Juros obtidos	1 080 763	2 125 408
Diferenças de câmbio favoráveis	2 267 553	1 701 055
Outros	5 911	12
	3 354 227	3 826 475

25. Gastos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez_2025	31-Dez_2024
Juros suportados	6 796	3 162
Diferenças de câmbio desfavoráveis	858 615	1 486 501
Serviços bancários	27 327	33 308
	892 738	1 522 971

26. Imposto sobre o rendimento

A taxa de imposto é de 32% (32% em 2023). O imposto sobre o rendimento apresenta-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Impostos correntes – Gastos	(3 533 651)	(7 325 259)
Impostos diferidos – Gastos	(278 174)	(401 723)
	(3 811 825)	(7 726 981)

O movimento nos impostos diferidos foi o seguinte:

	31-Dez-2024	Demonstração de resultados		31-Dez-2025
		Gasto	Rendimento	
Activos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio não realizadas desfavoráveis	150 913	(150 913)	-	-
	150 913	(150 913)	-	-
Passivos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio não realizadas favoráveis	-	(127 261)	-	(127 261)
	-	(127 261)	-	(127 261)
	150 913	(278 174)	-	(127 261)
		(278 174)		

[illegible]

(i) Provisões acima dos limites fiscais

Estes montantes correspondem às diferenças temporárias decorrente do reforço das perdas por imparidade de clientes, as quais apenas serão materializadas em custo fiscal decorrente do montante das contas a receber. As perdas de imparidade de clientes são aceites como custo fiscal no montante anual correspondente a 1,5% dos saldos a receber dos clientes e ao montante acumulado de 6% dos saldos a receber dos clientes.

Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	31-Dez-2025		31-Dez-2024	
	Valor	%	Valor	%
Imposto sobre lucro contabilístico	3 499 290	32,0%	6 992 890	32%
Imposto sobre diferenças permanentes	303 080	2,8%	167 332	1%
Imposto diferido não reconhecido sobre diferenças temporárias dedutíveis	-	-	285 023	1%
Imposto diferido - ajustamentos relativos a anos anteriores	9 454	0,1%	281.736	1%
	3 811 824	34,9%	7 726 981	35%

27. Resultado por acção (Em Meticais)

	31-Dez_2025	31-Dez_2024
Lucro Líquido	7 123 457 995	14 125 799 613
Número médio ponderado de acções ordinárias e investidas	26 513 396 809	26 513 396 809
Resultado básico por acção	0,27	0,53

28. Dividendos por acção (Em Meticais)

	31-Dez_2025	31-Dez_2024
Dividendos distribuídos	7 423 751 107	7.161.927.497
Número médio ponderado de acções ordinárias e investidas	26 513 396 809	26 513 396 809
Dividendo por acção	0,28	0,27

Os dividendos declarados foram de 0,27 Meticais e 0,28 Meticais por acção, respectivamente, para os exercícios económicos de 2023 e 2024, tendo sido pagos em 2024 e 2025 respectivamente. Os dividendos propostos para deliberação dos accionistas na Assembleia Geral agendada para o dia 30 de Abril de 2026 relativos ao exercício económico de 2025, a serem pagos em 2026 estão na ordem de 0,15 Meticais por acção, sendo o dividendo total de 3 977 009 521,35 Meticais.

29. Partes relacionadas

A HCB é detida em 85% pela CEZA que por sua vez é detida em 100% pela Electricidade de Moçambique, E.P. (EDM)

As transações com partes relacionadas apresentam-se como segue:

		Vendas e prestações de serviços	Outros ganhos e perdas operacionais	Dividendos	Investimentos
Accionistas					
CEZA - Companhia Electrica do Zambeze, S.A.	2025	-	-	(6 539 167)	-
CEZA - Companhia Electrica do Zambeze, S.A.	2024	-	-	(6 308 540)	-
REN – Redes Eléctricas Nacionais, S.A.	2025	-	-	(576 985)	-
REN – Redes Eléctricas Nacionais, S.A.	2024	-	-	(556 636)	-
Outras partes relacionadas					
EDM - Electricidade de Moçambique E.P.	2025	7 433 066	-	-	-
EDM - Electricidade de Moçambique E.P.	2024	7 179 390	-	-	-
Gabinete de Implementação do Projecto Hidroeléctrico do Mphanda Nkuwa (GMNK)	2025	-	-	-	1 418 031
Gabinete de Implementação do Projecto Hidroeléctrico do Mphanda Nkuwa (GMNK)	2024	-	-	-	844 235
LAM - Linhas Aéreas de Moçambique	2025	-	-	-	2 311 170
LAM - Linhas Aéreas de Moçambique	2024	-	-	-	-

		Activos financeiros	Passivos financeiros	Dividendos	Investimentos
Accionistas					
CEZA - Companhia Electrica do Zambeze, S.A.	2025	1 000 000	-	-	-
CEZA - Companhia Electrica do Zambeze, S.A.	2024	2 000 000	-	-	-
Outras partes relacionadas					
EDM - Electricidade de Moçambique E.P.	2025	26 012 116	205	-	-
EDM - Electricidade de Moçambique E.P.	2024	22 612 033	368	-	-
Gabinete de Implementação do Projecto Hidroeléctrico do Mphanda Nkuwa (GMNK)	2025	1 418 031	-	-	-
Gabinete de Implementação do Projecto Hidroeléctrico do Mphanda Nkuwa (GMNK)	2023	844 235	-	-	-
LAM - Linhas Aéreas de Moçambique	2025	2 311 170	3 069	-	-
LAM - Linhas Aéreas de Moçambique	2024	-	9 425	-	-

Benefícios do pessoal chave de gestão

	31-Dez_2025	31-Dez_2024
Remunerações da Administração	195 439	185 585
	195 439	185 585

30. Contingências e garantias

Contingências fiscais

A Empresa foi revista pela Autoridade Tributária de Moçambique, relativamente aos exercícios fiscais de 2014 a 2017 tendo sido notificada, em 10 de Dezembro de 2020 a pagar o montante total de 112 863 104 MT no prazo de 30 dias. A HCB concordou com o montante de 53 926 162 MT tendo efectuado o pagamento a 6 de Janeiro de 2021. O remanescente, no valor de 58 936 942 MT está em disputa junto à Autoridade Tributária, tendo a HCB submetido um Recurso Hierárquico. O processo se encontra em análise a nível do Tribunal Fiscal. No dia 16 de Março de 2023, a HCB recebeu uma Notificação com solicitação de esclarecimentos adicionais, a qual foi respondida no dia 27 de Março de 2023. Na sequência do processo, foi emitida uma garantia bancária a favor da Autoridade Tributária de Moçambique, no valor de 58 936 942,8MT. O processo está a ser tramitado com apoio dos advogados externos da Empresa. Ao longo do ano de 2025, o processo não apresentou nenhuma evolução, encontrando-se ainda a nível do Tribunal Fiscal da cidade de Tete.

Garantias bancárias

<u>Garantias bancárias cedidas</u>	<u>Entidade beneficiária</u>	<u>Valor</u>	
		<u>Moeda original</u>	<u>Meticals</u>
BIM - Banco Internacional de Moçambique	Estado Moçambicano	USD	12 362 990,36
BCI -Banco Comercial e de Investimentos	Autoridade Tributária de Moçambique	MZN	58 936 943
			848 932 027

A garantia ao Estado Moçambicano foi emitida no Banco Internacional de Moçambique, SA. no dia 23 de Junho de 2025 com validade até 23 de Junho de 2030. É uma Garantia de Manutenção e Execução, no valor de Doze milhões, trezentos e sessenta e dois mil, novecentos e noventa, trinta e seis dólares dos Estados Unidos da América, de acordo com o contracto de concessão..

31. Compromissos

Os compromissos para investimentos de capital assumidos à data de 31 de Dezembro de 2025 e para os próximos 5 anos, correspondem aos seguintes valores em milhares de Meticais:

2025	2026	2027	2028	2029
6 912 269	7 910 906	6 609 845	16 975 545	18 398 394

32. Gestão de risco objectivos e políticas

A actividade da HCB é exposta a uma diversidade de riscos financeiro, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de riscos ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração da HCB é por isso alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno, e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

A HCB procede à venda de energia na sua maioria para o mercado regional, sendo o Rand sul-africano a moeda de referência dos contratos. Os grandes investimentos são financiados no mercado internacional, estando a HCB desta forma exposta a flutuações cambiais e de taxas de juro externas.

Desta feita, as políticas de gestão de risco da HCB são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo, e monitorar os riscos e aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. A HCB revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros que a Gestão considere aceitável.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da HCB face ao risco da taxa de juro prende-se essencialmente por via da venda futura de energia, assim como aos empréstimos de taxa de juro variável.

A política da HCB passa por obter financiamento por via de taxas fixas, assim como variáveis, bem como pela contratação de taxas de cobertura, a fim de minimizar as variações das taxas de juro.

A tabela abaixo sumariza a sensibilidade da HCB ao risco de taxa de juro em relação aos juros provenientes de empréstimos e aplicações financeiras a 31 de Dezembro de 2025, considerando um aumento/diminuição da taxa de juro em 100 pontos base:

	Efeito em resultados antes de impostos
31-Dez-2025	
Mimo - Aumento	10 977
Mimo - Diminuição	(10 977)
Euribor - Aumento	533
Euribor - Diminuição	(533)
Libor - Aumento	97 388
Libor - Diminuição	(97 388)
Jibor - Aumento	12 437
Jibor	(12 437)
31-Dez-2024	
Mimo - Aumento	28 904
Mimo - Diminuição	(28 904)
Euribor - Aumento	468
Euribor - Diminuição	(468)
Libor - Aumento	157 111
Libor - Diminuição	(157 111)
Jibor - Aumento	11 555
Jibor - Diminuição	(11 555)

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras da HCB podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais MZN/EUR, MZN/USD e MZN/ZAR. A HCB procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Rand Sul Africano	3,85	3,41
Dólar Norte- Americano	63,91	63,91
Euro	75,02	66,79

A tabela abaixo sumariza a exposição da HCB ao risco de taxa de câmbio, a 31 de Dezembro:

	31-Dez-2025							
	Total	MZN	EUR	BLR	CHF	GBP	USD	ZAR
<u>Activo</u>								
Caixa e equivalentes de caixa	12 133 463	1 097 658	53 295	-	-	-	9 738 825	1 243 684
Clientes	23 327 055	16 479 815	-	-	-	-	182	6 847 058
Outros activos financeiros correntes	1 525 286	1 525 286	-	-	-	-	-	-
	36 985 804	19 102 759	53 295				9 739 007	8 090 742
<u>Passivo</u>								
Empréstimos bancários		-		-		-	-	-
Fornecedores	1 559 052	1 166 840	324 357	359	1 354	5 396	46 636	14 109
Outros passivos financeiros	200 698	200 698	-	-	-	-	-	-
	1 759 750	1 367 538	324 357	359	1 354	5 396	46 636	14 109
Posição líquida	35 226 054	17 735 221	(271 062)	(359)	(1 354)	(5 396)	9 692 371	8 076 633

		31-Dez-2024						
		Total	MZN	EUR	CAD	GBP	USD	ZAR
Activo								
Caixa e equivalentes de caixa		19 803 814	2 890 375	46 832	-	-	15 711 062	1 155 545
Clientes		22 422 944	13 802 193	-	-	-	1 135 075	7 485 675
Outros activos financeiros correntes		4 567 619	4 567 619	-	-	-	-	-
Outros activos correntes e não correntes		4 737 285	731 497	-	-	-	4 005 787	-
		51 531 661	21 991 684	46 832	-		20 851 925	8 641 220
Passivo								
Empréstimos bancários			-	-	-	-	-	-
Fornecedores		1 245 344	1 003 971	229 040	-	128	-	12 205
Outros passivos financeiros		625 446	349 681	-	-	-	-	275 765
Outros passivos correntes		382 993	382 993	-	-	-	-	-
		2 253 783	1 736 645	229 040	-	128		287 970
Posição líquida		49 277 878	20 255 039	(182 208)	-	(128)	20 851 925	8 353 250

A tabela abaixo sumariza a sensibilidade às variações cambiais nos resultados antes dos impostos considerando uma variação de 10%.

	Efeito em resultados antes de impostos
31-Dez-2025	
Euros – Aumento	(27 106)
Euros – Diminuição	27 106
Dólares norte-americanos – Aumento	969 237
Dólares norte-americanos – Diminuição	(969 237)
Rand Sul-Africano – Aumento	807 663
Rand Sul-Africano – Diminuição	(807 663)
Libra Esterlina – Aumento	(540)
Libra Esterlina – Diminuição	540
31-Dez-2024	
Euros - Aumento	(18 221)
Euros - Diminuição	17 574
Dólares norte-americanos - Aumento	2 085 192
Dólares norte-americanos - Diminuição	(2 085 192)
Rand Sul-Africano - Aumento	835 325
Rand Sul-Africano - Diminuição	(835 325)
Libra Esterlina - Diminuição	(13)
Libra Esterlina - Aumento	13

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da HCB incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A exposição máxima ao risco de crédito a 31 de Dezembro apresenta-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Clientes	23 327 055	22 422 944
Outros activos financeiros	2 329 070	7 149 511
Caixa e equivalentes de caixa	12 133 463	19 803 814
	37 789 588	49 376 269

Por sua vez, a análise da antiguidade de saldos de contas de clientes apresenta-se como segue:

	Antiguidade de saldos				Quantia Bruta	Imparidade	Quantia líquida
	< 30 dias	30 - 60 dias	60 - 90 dias	> 90 dias			
31-Dez-2025	1 326 786	684 192	6 097 889	25 491 329	33 600 196	(10 273 142)	23 327 055
31-Dez-2024	3 833 530	2 575 730	147 744	26 877 427	33 434 431	(11 011 487)	22 422 944

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco da HCB não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e defluxos de caixa, bem como os respectivos gastos de liquidez.

O objectivo da HCB é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários, locações financeiras, e o mais importante, a venda futura de energia.

31 de Dezembro de 2025	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1 559 052	-	-	1 559 052
Outros passivos financeiros correntes e não correntes	205 297	-	-	205 297
	1 764 349	-	-	1 764 349
31 de Dezembro de 2024	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1 245 344	-	-	1 245 344
Outros passivos financeiros correntes e não correntes	625 446	-	-	625 446
	1 870 790	-	-	1 870 790

Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital da HCB é garantir um sólido rácio de capital de dívida a fim de alavancar os seus negócios e maximizar o valor para os seus accionistas.

A HCB gere a sua estrutura de capital de acordo com a evolução das condições de mercado. A fim de manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a HCB pode ajustar o pagamento de dividendos aos accionistas, ou emitir novas acções, condicionado aos acordos de reversão celebrados (ver nota introdutória).

Não foram efectuadas alterações nos objectivos, políticas ou processos para gestão de capital durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2025.

A HCB analisa o seu endividamento através do rácio de alavancagem. Dado que a Empresa não tinha empréstimos obtidos no fim dos exercícios corrente e anterior, o rácio de alavancagem não foi calculado.

33. Eventos subsequentes

Os constrangimentos hidrológicos causados pelo fenómeno El Nino resultaram na redução da produção e consequente redução do resultado líquido da empresa. O nível de armazenamento hidrológico a 31 de Dezembro de 2025 foi de 27,23%, facto que consistiu na aprovação do plano de produção em que iriam operar 4 grupos geradores durante o ano de 2026. Entretanto, tem se verificado uma grande melhoria no armazenamento que resultou no aumento de mais 1 grupo gerador a operar nos primeiros meses do ano 2026. Importa referir que a data de 25 de Março de 2026, o nível de armazenamento é de 51,67%, sendo que no período homólogo de 2025 o nível era de 26,03%. Este acontecimento/evento, traz boas expectativas para o ano 2026 esperando-se que se registem melhores resultados, comparativamente ao ano 2025.

Entre a data do balanço até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram outros eventos significativos que requeiram ajustamento das ou divulgação nas demonstrações financeiras.